tar o número de desemprego, vai diminuir a renda familiar, está fechando empresas saudáveis, está aumentando impostos, está complicando ainda mais a vida do povo paulista, mais do que já é. Sem contar os seus desincentivos à produção agrícola, principalmente do pequeno e do médio produtor rural, como já tivemos oportunidade de aqui colocar.

Eu vou encerrando a minha participação neste glorioso dia 10 de novembro com minha melhor continência à população de São Paulo e minha gratidão aos meus pais, o Dr. Clovis Saverio de Luca, médico, e a minha mãe, a professora de magistério Mirza Castello Branco de Luca, por terem me feito nascer e pela minha educação, que me trouxe até hoje.

Juntos somos mais fortes. Somos todos um só.

O SR. TENENTE NASCIMENTO - PSL - Pela ordem, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PSL - Pois não, Sr. Deputado.

O SR. TENENTE NASCIMENTO - PSL - Primeiro, gostaria de fazer uma comunicação.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PSL - É regimental, Sr. Deputado.

O SR. TENENTE NASCIMENTO - PSL - PARA COMUNICAÇÃO - Eu queria aqui estender os nossos parabéns, sinceros parabéns, ao nosso grande amigo e parlamentar deputado Castello Branco, por ser uma figura ímpar e que muito tem contribuído nesta Casa para o bom andamento dos trabalhos. Que Deus abençoe você e sua família, por ter uma pessoa tão maravilhosa como você é e tem sido aqui junto aos nossos pares.

O SR. CASTELLO BRANCO - PSL - Obrigado, nobre deputado Tenente Nascimento, pela sua amizade e pelo também profícuo trabalho que o senhor realiza aqui, e ao deputado Ricardo Mellão e à deputada Janaina Paschoal pela amizade e pela consideração.

O SR. TENENTE NASCIMENTO - PSL - Deputada, havendo acordo entre as lideranças, gostaria de pedir o levantamento da sessão.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PSL - É regimental, Sr. Deputado. Reiterando aqui os cumprimentos ao colega Castello Branco, dou por levantada a presente sessão. Antes, porém, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, havendo acordo de lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia de hoje. Boa tarde a todos, até amanhã.

Está levantada a presente sessão.

* * *

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 44 minutos.

* * *

11 DE NOVEMBRO DE 2020
90ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: CORONEL TELHADA, CASTELLO BRANCO e RICARDO MELLÃO

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE
1 - CORONEL TELHADA
Assume a Presidência e abre a sessão.
2 - SERGIO VICTOR
Para comunicação, discorre a respeito de consulta pública da Artesp, para regulamentar o serviço de transporte intermunicipal de fretados. Comenta reunião realizada com a entidade sobre o assunto. Critica a falta de análise de impacto regulatório em razão da falta de orçamento. Demonstra sua preocupação com a regulamentação de decreto sobre o assunto.
3 - CASTELLO BRANCO
Faz apresentação sobre a instalação de radares, em rodovia estadual, na região de Dracena. Declara que esses aparelhos aplicam uma quantidade exorbitante de multas. Lembra a promessa do presidente Jair Messias Bolsonaro de extinguir os radares móveis. Informa que o Ministério Público irá averiguar denúncias de irregularidades nessas instalações.
4 - CARLOS GIANNAZI
Anuncia ter protocolado nesta Casa um pedido de impeachment do governador João Doria. Desaprova o decreto do governo estadual, que promove descontos sobre o salário de aposentados e pensionistas. Afirma que a dívida atualizada do Estado com a Previdência Estadual já soma 154 bilhões de reais. Solicita ao presidente Cauê Macris que o pedido de impeachment do governador João Doria seja enviado à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Pede apoio dos deputados para a tramitação do impeachment neste Parlamento.
5 - JANAINA PASCHOAL
Critica os critérios para a realização de debate, na "Folha de S. Paulo" e UOL, referente às eleições municipais de 2020. Afirma que neste debate foi cerceada a participação de diversos candidatos. Esclarece que nenhuma das candidatas à Prefeitura de São Paulo participou. Alega que essa postura seria excludente e antidemocrática.
6 - RICARDO MELLÃO
Destaca a defesa de seu mandato à livre iniciativa. Discorre sobre portaria da Artesp, que visa regulamentar o Decreto 29.912/89, referente ao serviço intermunicipal de transporte. Menciona novas iniciativas na área de Transportes, realizadas por meio de aplicativos. Afirma que a portaria coloca limitações na atuação destas iniciativas.
7 - CASTELLO BRANCO
Assume a Presidência.
8 - CORONEL TELHADA
Saúda as datas comemorativas do dia de hoje. Faz a leitura de e-mails enviados por funcionários públicos descontentes com a reforma da Previdência. Lembra ter votado contra a aprovação da mesma. Ressalta a importância do apoio da população nessas pautas.
9 - ALTAIR MORAES
Apresenta e-mail do Colégio Franco-Brasileiro, que afirma aderir a linguagem de gênero neutro. Considera a circular enviada uma afronta à língua portuguesa. Afirma que a aderência a essa linguagem excluirá deficientes auditivos e visuais.
10 - CARLOS GIANNAZI
Para comunicação, rebate o pronunciamento do deputado Altair Moraes. Ressalta que a língua portuguesa é dinâmica. Discorre sobre decisões do Supremo Tribunal Federal sobre o assunto.
11 - JANAINA PASCHOAL
Para comunicação, combate o pronunciamento do deputado Carlos Giannazi. Esclarece que os debates realizados no Supremo Tribunal Federal não se relacionam com mudanças na linguagem. Tece críticas ao deputado Carlos Giannazi.
12 - ALTAIR MORAES
Para comunicação, critica o pronunciamento do deputado Carlos Giannazi.
13 - CARLOS GIANNAZI
Para comunicação, assegura que a deputada Janaina Paschoal teria distorcido sua fala. Afirma que o termo "ideologia de gênero" teria sido criado apenas para deter o avanço da luta por emancipação das mulheres, e que não possui valor acadêmico. Considera esta pauta desimportante perante a atual situação do País.
GRANDE EXPEDIENTE
14 - DR. JORGE LULA DO CARMO
Reflete acerca da importância da escolha de candidatos nesta eleição. Tece considerações sobre a influência da mídia e das pesquisas eleitorais. Pede que a população tenha cuidado e pesquise os candidatos antes de votar.
15 - PRESIDENTE CASTELLO BRANCO
Endossa o discurso do deputado Dr. Jorge Lula do Carmo.
16 - CARLOS GIANNAZI
Pelo art. 82, solicita o apoio dos pares para a aprovação do PL 652/20, de sua autoria, que prorroga os prazos dos concursos realizados no Estado. Cobra o chamamento dos aprovados em cargos de diferentes pastas. Afirma que apresentou emendas ao Orçamento de 2021 para garantir recursos para as nomeações. Declara apoio à greve sanitária dos funcionários da USP. Pede que a reitoria reveja o posicionamento e mantenha os trabalhadores em casa. Alerta para a possibilidade de segunda onda nos casos de Covid-19 no Brasil. Lembra o número de mortos e infectados na pandemia. Informa o recebimento de carta da Udemo, cobrando posicionamento dos parlamentares a respeito da publicação do decreto estadual que autoriza descontos nos salários de aposentados que recebem abaixo do teto do INSS. Clama pela votação e aprovação do PDL 22/20, que revoga tal decreto.
17 - RICARDO MELLÃO
Pelo art. 82, tece considerações sobre portaria da Artesp que trata da regulamentação de aplicativos para o fretamento de ônibus. Afirma que o texto prejudica as novas iniciativas no ramo. Questiona o prazo da consulta pública. Critica as normas propostas pela entidade. Pede a retirada da portaria. Discorre sobre reunião virtual com o presidente da Artesp, onde fora relatado não haver recursos para a realização de estudos sobre o impacto das medidas previstas na portaria. Lembra o veto do Executivo ao Código de Defesa do Empreendedor. Tece críticas ao governador João Doria.
18 - RICARDO MELLÃO
Assume a Presidência.
19 - CASTELLO BRANCO
Lamenta a aprovação da reforma da Previdência estadual. Tece críticas ao governador João Doria. Reflete sobre as campanhas eleitorais do PSDB, sem a figura do governador. Afirma que as suas promessas de campanha não foram cumpridas. Apresenta slides sobre a história e atuação da Embraer. Exalta o trabalho do brigadeiro Ozires Silva, na fundação da empresa. Discorre sobre os impactos da pandemia no setor da aviação. Considera o Brasil um dos maiores colégios eleitorais do mundo. Pede que a população tenha cuidado na escolha dos candidatos.
20 - CASTELLO BRANCO
Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.
21 - PRESIDENTE RICARDO MELLÃO
Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 12/11, à hora regimental, com Ordem do Dia. Levanta a sessão.

* * *

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Coronel Telhada.

* * *

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

* * *

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente.

Nesta data, dia 11 de novembro de 2020, quarta-feira, iniciamos o Pequeno Expediente com os seguintes deputados inscritos.

O SR. SERGIO VICTOR - NOVO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Pela ordem, deputado Sergio.

O SR. SERGIO VICTOR - NOVO - O senhor me permite uma comunicação na tribuna?

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Deputado Sergio, como nós conversamos anteriormente, eu vou autorizar, e V. Exa., por gentileza, faça uso da tribuna.

O SR. SERGIO VICTOR - NOVO - PARA COMUNICAÇÃO - Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde, colegas deputados; boa tarde, pessoal aqui da Casa e pessoal que nos assiste pela TV Alesp, pela internet. Meus colegas, retorno aqui à tribuna para falar de um assunto de extrema importância para o estado de São Paulo, para a inovação no estado de São Paulo, o fomento do livre mercado e da livre iniciativa.

Hoje a gente tem um assunto importante para tratar, deputado Ricardo Mellão. A gente já subiu à tribuna e não denunciou, mas divulgou e avisou, deputada Janaina, que há uma consulta pública da Artesp, Agência Reguladora de Transportes do Estado de São Paulo, onde ela consulta alguns pontos específicos sobre como regulamentar o circuito aberto ou o circuito fechado e algumas regras do transporte intermunicipal.

A gente já participou inclusive de um protesto contra essa consulta pública. A gente já sugeriu à Artesp que fosse adiado o prazo da consulta pública, já que inicialmente ela tinha um prazo muito curto. A gente foi atendido, não por inteiro. A gente pediu 90 ou 180 dias de adiamento, e essa consulta pública foi adiada até o dia 30 de novembro.

O que aconteceu em seguida foi que a gente solicitou também, junto à Artesp, uma audiência pública, uma conversa, uma reunião com os diretores, com o presidente e também com representantes das empresas e diversos atores do setor, para que eles pudessem explicar seus pontos e porque esses três pontos específicos da consulta pública atrapalhariam muito apenas uma parte do setor, não o todo.

Nessa consulta pública, as medidas, em específico, que definem 48 horas de prazo para que se tenha a lista dos passageiros; a consulta para que o item que define que a partir de agora só será permitido circuito fechado; e o terceiro item, que proíbe a customização dos ônibus parceiros. Esses três pontos que estão na consulta pública, em uma sugestão de portaria, vão atacar a livre iniciativa. A gente queria ser ouvido, a gente queria colocar os pontos de por que isso é ruim, e por que isso atrapalharia o setor.

Tivemos essa reunião junto com a Artesp. Eu saí de lá extremamente preocupado, porque o que a gente ouviu ali, a primeira coisa foi o seguinte. Perguntamos para eles, deputada Janaina, o porquê, quais eram as motivações, quais eram as argumentações que defendiam aqueles três pontos específicos.

O sentimento que dá, quando você olha, é bem claro. A gente não pode acusá-los de que é direcionado, nem é esse o caso, mas, quando você faz o balanço de quem sai perdendo e quem sai ganhando nesses pontos, tem uma parte que claramente sai perdendo, que são as empresas de tecnologia, as empresas de inovação, e um que sai ganhando, que são as empresas já existentes, as grandes empresas que estão ali já operando.

Qual foi o desafio, deputada Janaina? Eles nos passaram argumentações muito ruins referentes à Constituição, referentes ao papel da Artesp. Claramente é uma decisão política. Eles poderiam decidir não fazer aquilo, baseado em tudo que a gente olhou juridicamente. E às vezes eles voltam a um decreto de 89.

Enfim, o que para a gente está muito claro: tem dois pontos que nos incomodaram demais nessa reunião. Primeira coisa, deputada Janaina, isso é muito importante. Uma das consultoras, imagino que a técnica, não me recordo o nome, disse: "nós não temos verbas para fazer uma análise de um impacto regulatório, a legislação federal não nos exige, e a gente está sem orçamento, a gente não tem verba para fazer uma análise de impacto regulatório".

Ou seja, eles vão tomar uma medida às pressas, sem nenhum tipo de análise de impacto regulatório, que vai prejudicar claramente um setor e vai beneficiar um outro. E aí, ainda disse que a lei federal exige uma análise de impacto, mas que isso não se aplica ao estado.

Eu queria reforçar, deputado Mellão, que nós somos autores, e foi aprovado por unanimidade nesta Casa o Código de Defesa do Empreendedor, deputado Castello Branco, onde um dos principais pontos era a obrigatoriedade da análise de impacto regulatório. E agora, justamente, estão se defendendo dizendo que no estado não tem uma lei, uma regra que define isso.

Estão alegando falta de orçamento, o que é compreensível, no meio de uma pandemia. O que não é compreensível é a gente ouvir dos diretores que, mesmo não tendo verba para uma consultoria, mesmo não tendo condição de fazer uma análise de impacto regulatório, eles precisam correr com essa regulação, porque senão as empresas de aplicativo crescem muito e senão a gente perde controle.

Para a gente ficou claro que eles estão com pressa e eles vão fazer, independente de uma análise. E por quê? A gente questionou, e sempre os argumentos deles são de que é em prol da segurança do passageiro. Enfim, está bom, estão ocorrendo muitas denúncias, estão ocorrendo muitos acidentes, está acontecendo alguma coisa que está prejudicando tanto o setor que você precisa correr para fazer uma regulação que vai prejudicar um setor e vai beneficiar outro, sem uma análise de impacto?

E aí eu reforço um ponto aqui, deputado Mellão, que recentemente o governador João Doria disse que o Código de Defesa do Empreendedor foi vetado porque esse governo já é liberal, que não tinha nada ali que já não acontecia na prática. E aí, uma semana, duas semanas depois, a gente ouve, justamente da boca de um órgão regulador, do estado, que não precisa fazer uma análise de impacto, porque a legislação assim não os obriga. Isso é ridículo.

O que a gente está vendo aqui é uma consulta pública. De novo, não posso dizer, não quero dizer que é direcionado, mas, de novo, quando você olha, no final do dia, tem um balanço claro de quem ganha e de quem perde. O que a gente tem que perguntar agora é o seguinte: o governador João Doria sabe desse ataque à livre iniciativa? Sabe desse ataque à inovação?

O que a gente vai fazer, que sinal a gente está dando, numa retomada de economia? A gente vai dar um sinal de que qualquer tipo de inovação pode ter as suas regras mudadas de acordo com que o modelo de negócio comece a funcionar. Os clientes estão reclamando? O usuário, o pagador de imposto está reclamando? Quem está reclamando? É a mesma novela do Uber e do táxi.

Para encerrar aqui, eu queria dizer o seguinte, até acompanhando a fala de um dos colegas que estava presente nessa audiência pública. Quando a gente vai fazer umas regulações agora, no meio desse ambiente de inovação, a gente tem sempre que pensar e olhar para o futuro. Essa consulta pública, essa regulação que está sendo proposta, de novo, é apenas uma consulta pública, mas a gente já sabe quais são os caminhos que são tomados após a consulta pública.

Desse jeito, a gente volta vários anos. Enquanto a Alemanha, a Europa já está atuando com mercados regulados, em que o consumidor consegue ter melhores opções, mais opções, mais poder de escolha, aqui a gente está voltando no tempo e apenas permitindo uma reserva de mercado em que poucas empresas possam trabalhar.

Deputado Mellão, você pode contar comigo, que a gente vai subir à tribuna e a gente vai trabalhar muito contra qualquer ataque à livre iniciativa, contra qualquer ataque que pare, que breque, que não tenha análise de impacto regulatório e que ferre o mercado. Assim como é com o Uber e outros aplicativos de transporte individual, o que a gente tem que fazer é desregulamentar, desburocratizar quem está burocratizado, e não burocratizar todo mundo, e não punir quem está começando, quem está inovando, para a gente poder continuar a ter melhores serviços e para a gente fazer com que o estado de São Paulo evolua e continue recebendo investimento e inovação.

Obrigado, presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Obrigado, Sr. Deputado. Antes de chamar os demais deputados, quero deixar ciente a todos que normalmente nós não autorizamos comunicações para seguir a lista dos deputados inscritos. Mas, como foi um consenso dos deputados presentes, foi autorizado o deputado Sergio Victor a fazer uso da palavra.

Vamos pela lista dos deputados inscritos. Deputado Agente Federal Danilo Balas. (Pausa.) Deputada Damaris Moura. (Pausa.) Deputado Rodrigo Gambale. (Pausa.) Deputado Major Mecca. (Pausa.) Deputado Carlos Cezar. (Pausa.) Deputado Caio França. (Pausa.) Deputada Adriana Borgo. (Pausa.) Deputado Rodrigo Moraes. (Pausa.) Deputado Castello Branco. Vossa Excelência tem o tempo regimental de cinco minutos.

O SR. CASTELLO BRANCO - PSL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Pequeno Expediente do dia 11 de novembro de 2020, quarta-feira. Deputado Castello Branco novamente vem à tribuna desta Casa de leis, a Assembleia Legislativa de São Paulo, para apresentar denúncia de irregularidades do atual Governo do Estado de São Paulo.

Mais uma vez, fica fácil ser deputado assim, porque são tantos os erros cometidos pelo Executivo, são tantas as improbidades, são tantas as maldades que a gente tem que vir aqui diariamente mostrar à população de São Paulo, mostrar o que está sendo feito. Hoje são as irregularidades na instalação de radares na rodovia Comandante João Ribeiro de Barros, que passa lá pela região de Dracena.

Vejamos, desde o ano passado o presidente Jair Messias Bolsonaro promete acabar com a indecente indústria da multa no Brasil e suspender o uso dos radares móveis, atacando o uso dos diversos formatos. O presidente fez questão de assinalar isso revoltado, assim como eu, pela quantidade de radares e pela fome arrecadatória que os municípios e o governo do estado têm de multar, multar e multar de forma maldosa, como vamos ver.

Foi publicada em 9 de setembro deste ano a resolução do Detran, do conselho, Contran, que altera as regras dos requisitos para a fiscalização de velocidade em vias públicas, acabando com o radar móvel. Essas mudanças atendem a deliberação do presidente Jair Bolsonaro enviada ao Ministério da Infraestrutura em agosto do ano passado com o objetivo de desvirtuamento do caráter pedagógico e a utilização arrecadatória dos radares. Pura verdade.

O radar, que era para fiscalizar e educar a população, agora é mais um instrumento caça-níqueis, mais um instrumento para o município ou o estado ganhar dinheiro, só isso. Isso é generalizado no estado. Senão vejamos: na contramão desse princípio, o governador do estado de São Paulo sanciona a Lei 17.294, deste ano, para que o governo do estado publique a localização de todos os radares das rodovias estaduais paulistas, sejam fixos, móveis, estáticos ou portáteis.

Por sua vez, o governador de São Paulo, João Doria, não cumpre a própria lei, que foi sancionada no mês de outubro, em razão da inexistência de seu funcionamento. Assim, milhares de usuários das rodovias receberam notificações de imposição de finalidades; multas. Diversos condutores da região de Dracena, por exemplo - é um desses casos -, apontam supostas irregularidades no funcionamento dos radares, que até então seriam apenas uma coleta de informações relacionadas à pesquisa de controle de tráfico.

Olha que maldade: ele diz que o radar é para obter informações e na verdade está te multando. Funcionamento de radar é caso de polícia em Dracena, virou notícia no jornal lá. Aí está: "Prejuízo de motoristas com multas aplicadas". Estamos falando, nobre audiência da Rede Alesp de Comunicação, de milhões de reais, não estamos falando de pouco dinheiro não, como vocês vão ver.

"A Polícia Civil apresentou um boletim de ocorrência para resguardar os direitos de centenas de condutores que se sentiram lesados com relação às multas no radar que existe no km 646 da rodovia Comandante João Ribeiro de Barros, lá em Dracena. A polícia passou a receber diversas ligações que buscavam informações. Em razão disso, o Ministério Público de São Paulo instaurou na última segunda-feira um inquérito civil para apurar essas irregularidades na instalação de radares".

Estão aqui as portarias de instauração do promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo. Com razão, parabéns ao Ministério Público, que vai intervir nessa situação vexatória. Na portaria de instauração do inquérito do Ministério Público, consta que milhares de usuários dessa Rodovia 294 receberam notificações de penalidades em razão do início das operações de forma irregular.

Um dos pontos considerados pelo Ministério Público foi eventualmente a observância de normas legais que implicam em violação de boa-fé, pois o aparelho se destinava exclusivamente a pesquisa de tráfego. Já terminando, Sr. Presidente, um dos pontos considerados também é que, entre a data do início da operação dos radares e a publicidade, houve a imposição... Olha só, nobres deputados aqui presentes: nada mais, nada menos do que 12.863 multas, e arrecadaram para o estado mais de três milhões.

Olha que beleza a vontade de roubar dinheiro do povo de forma ilícita. Me explica isso aí, Governo do Estado de São Paulo. Mais um ponto considerado pelo MP é que a imposição de milhares de autos de infração resultantes dessa operação vai resultar na suspensão da habilitação de centenas de milhares de motoristas da região, que estão ganhando seu dinheiro honestamente e pagando seus pedágios. Houve má-fé, sim, do estado de São Paulo.

Já terminando, por fim, o Ministério Público do Estado de São Paulo requer ao Departamento Estadual de Trânsito cópia do estudo técnico com vistas à necessidade da instalação de radares, bem como o informe exato do número de infrações registrado por esses radares. Mais uma denúncia da má-fé da gestão do Governo do Estado de São Paulo.

Voltamos em breve, na lista suplementar, para falarmos da Embraer, da aviação e dos impactos do coronavírus na economia do Vale do Paraíba. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Obrigado, Sr. Deputado. O próximo deputado é o deputado Maurici. (Pausa.) Deputado Coronel Telhada. Falarei posteriormente. Deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Deputado Jorge Lula do Carmo. (Pausa.) Deputado Frederico d'Avila. (Pausa.) Deputada Carla Morando. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi, V. Exa. tem o tempo regimental.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, telespectador da TV Assembleia, ontem nós protocolamos aqui na Presidência da Assembleia Legislativa um pedido de impeachment do governador João Pinóquio Doria, o desgovernador do estado de São Paulo.

Por conta de várias irregularidades, de vários crimes de responsabilidade, de afronta à Constituição Federal, afronta à Constituição Estadual, ao ordenamento jurídico, afronta ao Estatuto do Idoso, esse pedido foi organizado por várias entidades representativas dos servidores, muitas delas da Educação, que formularam e assinaram - a Udemo, a Apase, o CPP - e várias outras entidades ligadas aos servidores do Judiciário. Enfim, são inúmeras as entidades que depois vou enumerar para que todos tenham conhecimento.

Eu assinei logicamente esse pedido, porque é muito bem fundamentado e vem nesse diapasão do que estamos denunciando há um bom tempo aqui na Assembleia Legislativa. Um dos principais motivos apresentados nesse pedido de impeachment do desgovernador João Pinóquio Doria é em relação à Previdência estadual.

O governador está promovendo o confisco dos proventos e das pensões, Sr. Presidente, agredindo o direito de pessoas que já contribuíram com seu sistema previdenciário. Essas pessoas estão sendo roubadas, assaltadas em praça pública pelo governador João Doria, que publicou, no meio da pandemia, um decreto fazendo esse confisco salarial, confiscando os proventos e as pensões de pessoas que ganham abaixo do teto do regime geral da Previdência.

Ou seja, pessoas que têm um provento ou uma pensão de 1.045 reais a 6.100 reais começam a ter agora um desconto monstruoso de 12, 14, 16% para quem passa desse teto. Essas pessoas estão sendo penalizadas, pessoas adoentadas, portadoras de doenças graves, que precisam comprar remédios. De repente, do nada, deputados e deputadas, a pessoa tem um desconto de 200, 300, 400, 600 reais no seu provento ou na sua pensão. Isso é um absurdo total.

No nosso pedido, nós também levantamos a questão da dívida do estado com a Previdência estadual, com os servidores, porque é uma dívida histórica, lá de trás, quando nós ainda tínhamos o Ipesp, antes de 2007. Eu me lembro que a aprovação da famigerada Lei n° 1.010, em 2007, foi a primeira reforma da Previdência, na gestão do Serra. Eu votei contra também, porque já tinha alertado dos efeitos perversos daquela lei.

Naquele momento do debate feito aqui na Assembleia Legislativa, nós tínhamos levantado essa dívida. Em 2007, valia 64 bilhões de reais, que foi o dinheiro que o estado retirou do Fundo Previdenciário dos Servidores, inclusive das carteiras previdenciárias dos advogados, dos economistas e dos cartorários também. O governo retirou esse dinheiro para construir prédios públicos, fóruns e não devolveu o dinheiro.

A dívida atualizada em 2020, Sr. Presidente, se a gente fizesse uma atualização, seria de aproximadamente 154 bilhões de reais. É a dívida do Estado com a São Paulo Previdência, com os servidores do estado de São Paulo. O Governo na época só reconhecia 34 bilhões. Reconheceu, tanto é que na Lei n° 1.010, que eu citei aqui, da reforma da Previdência de 2007, tem o Art. 28 que reconhece a dívida.

Nós vamos de alguma forma pagar em 10 anos, vamos recapitular essa dívida, fazer uma negociação em torno dela e será paga em 10 anos. Nunca foi paga. O Governo reconheceu 34 bilhões, atualizando para os dias de hoje daria aproximadamente 84 bilhões de reais. Na verdade, então não tem dívida atuarial. A dívida na verdade é do Estado com os servidores, e não o contrário.

Isso também colocamos na nossa representação, no nosso pedido de impeachment ao governador, o confisco do Iamspe, o desmonte dos serviços públicos do estado de São Paulo, o fim da Sucen, o fim da CDHU. São vários elementos que nós elencamos que atentam contra a população, e muitos deles, sem dúvida, caracterizam crime de responsabilidade. Eu diria mais, crime de lesa-humanidade contra a população mais pobre, mais carente, e sobretudo esse ataque frontal aos aposentados e pensionistas, Sr. Presidente.

Pedimos e exigimos que o presidente Cauê Macris aceite esse pedido e encaminhe o pedido de impeachment do governador para a Comissão de Constituição e Justiça, porque queremos debater. É um pedido bem fundamentado, formulado pelas entidades representativas dos servidores públicos, que tem que tramitar na Assembleia.

Eu peço o apoio de todos vocês, todos os deputados e deputadas, para que o projeto possa, enfim, tramitar, Sr. Presidente. É muito importante, porque não dá mais para manter no estado de São Paulo um governador que ataca as áreas sociais, que ataca o SUS, como está fazendo agora no Orçamento, retirando mais de 800 milhões do Sistema Único de Saúde.

O Bolsonaro tentou privatizar o SUS, conseguimos deter esse ataque criminoso contra o SUS, mas aqui em São Paulo o governador também ataca o SUS. Acabou com a Sucen, que é do SUS, e está retirando do Orçamento quase um bilhão de reais, em plena pandemia.

Por isso, Sr. Presidente, para concluir, peço e rogo o apoio de todos os deputados e deputadas para que nós possamos aprovar o pedido de impeachment do governador, desgovernador, João Pinóquio Doria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Muito obrigado, Sr. Deputado. O próximo deputado é o deputado Marcos Damasio. (Pausa.) Deputada Janaina Paschoal. Vossa Excelência tem o tempo regimental.